

A  
bi  
fbi  
b

**Relatório & Contas**  
**minhocom, gestão de infraestruturas**  
**de telecomunicações, e.i.m.**

**31 de dezembro de 2013**

*Handwritten signatures and initials:*  
f. b. d. m. i. -  
6

<b>A) RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>3</b>
1 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2 - ATIVIDADE DA EMPRESA	15
3 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	19
4 - PERSPETIVAS FUTURAS	19
5 - AÇÕES PRÓPRIAS	19
6 - AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	20
7 - SUCURSAIS DA SOCIEDADE	20
8 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	20
9 - OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	20
10 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	21
11 - DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
12 - NOTA FINAL	21
<b>B) ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>22</b>
<b>C) ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	<b>23</b>
<b>D) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS</b>	<b>24</b>
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	24
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	25
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2012	26
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2013	27
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA – PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	28
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	29
<b>E) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	<b>53</b>
<b>F) RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	<b>54</b>

## A) Relatório de Gestão

Ex.mos Senhores Acionistas,

A Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Exas. o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2013.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a evolução positiva ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da empresa e dos centros de negócios que a compõem, efetuaremos uma ligeira abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

### 1 - Enquadramento macroeconómico

#### 1.1 - Quadro macroeconómico internacional

A atividade económica mundial voltou a registar um abrandamento em 2013. Os países emergentes, que durante os últimos anos representaram a principal fonte de otimismo da economia mundial, estão a sair de picos de crescimento cíclicos, como é o caso dos países asiáticos. As taxas de crescimento destes países continuam a ser superiores às das economias avançadas, mas apresentam taxas de crescimento menos robustas face às observadas nos últimos anos. Assim sendo, em 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresceu 2,9%, enquanto que em 2012 terá aumentado cerca de 3,3%, segundo fontes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Comissão Europeia (CE).

As projeções do FMI apontam para um reforço do crescimento das economias avançadas, onde se evidencia um crescimento relativamente forte dos Estados Unidos da América (EUA), mais moderado no Japão e uma recuperação da União Europeia (UE), porém, com evoluções bastante distintas entre os estados membros. O crescimento económico será mais forte nos países bálticos, Suécia e Polónia e mais fraco nos países do sul da área do euro.

O enquadramento da economia mundial em 2013 continuou marcado por um elevado nível de incerteza. No caso da área do euro, a incerteza deve-se à continuidade da crise das dívidas soberanas. Apesar da melhoria significativa da situação do mercado financeiro na área do euro, a descida das taxas de juro nos países mais vulneráveis ainda não se refletiu no custo de financiamento dos agentes económicos. No caso dos EUA, os maiores riscos prendem-se com a indefinição do acordo de médio prazo de redução da dívida pública e dos possíveis efeitos da redução dos estímulos monetários por parte da Reserva Federal na volatilidade e instabilidade dos mercados financeiros internacionais.

Adicionalmente, no final de 2013, observaram-se alguns sinais de instabilidade financeira nos países emergentes e em desenvolvimento, essencialmente naqueles que apresentam um défice externo mais elevado, como são os casos da Índia, Indonésia e Brasil. Estes sinais conduziram a saídas de capitais, depreciações cambiais e aumento dos seus custos de financiamento, contribuindo para um crescimento menos forte dessas economias.

A consolidação orçamental, bem como a correção de outros desequilíbrios internos em algumas economias, deverão continuar a condicionar o crescimento da procura e da atividade nas economias avançadas, nomeadamente na área do euro.

Indicadores Macroeconómicos	2011	2012	2013 <sup>(e)</sup>
<b>PIB:</b>			
EUA	1,8	2,8	1,8
UNIÃO EUROPEIA	1,5	-0,4	0,1
ÁREA EURO	1,4	-0,7	-0,4
JAPÃO	-0,6	2,0	2,0

Fonte: GPEARI Finanças  
Leitura: Variação Percentual  
(e) - estimativa

Os PIB's da União Europeia e da área do euro retomaram o crescimento no final de 2013, o PIB da UE aumentou para 0,1% e o PIB da área do euro diminuiu para 0,4% negativos, em resultado da evolução positiva dos indicadores de confiança. Para 2014, o FMI prevê uma recuperação gradual da economia da área do euro, devendo o PIB aumentar 1% em média anual, invertendo a contração registada nos dois anos precedentes. Para esta melhoria deverá concorrer o crescimento das exportações e a aceleração da procura interna.

Os preços das matérias-primas voltaram a registar em 2013 uma desaceleração, consequência do abrandamento da procura das principais economias avançadas e emergentes, e devido à diminuição significativa dos preços dos produtos alimentares, mas cuja evolução é contrariada pela aceleração dos preços dos metais e dos produtos agrícolas em 2013. No que respeita aos preços internacionais do petróleo, a evolução em 2013 também divergiu da tendência de queda dos preços internacionais das restantes matérias-primas. Os preços do petróleo exibiram alguma volatilidade ao longo do ano, situando-se, em média, no valor de 110USD/bbl (80€/bbl). Neste contexto, as previsões do FMI apontam para uma redução do crescimento médio anual dos preços no consumidor nas economias avançadas, de 2,0% em 2012, para 1,4% em 2013. Nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, a inflação deverá permanecer elevada em 2013, em cerca de 6,2%, face a (6,1% em 2012).

Em linha com a fraca e lenta recuperação da atividade económica, as condições de mercado na área do euro não apresentaram melhorias face ao ano anterior. De acordo com a CE, a taxa de desemprego subiu para 11,1% na União

Europeia e 12,2% na área do euro, traduzindo uma grande disparidade de situações entre os diferentes países. Assim, de entre os países da área do euro, está previsto um aumento significativo da taxa de desemprego no Chipre, Países Baixos e Eslovénia, contrariado por uma descida mais acentuada na Grécia e Irlanda.

Indicadores Macroeconómicos	2011	2012	2013 <sup>(e)</sup>
<b>Inflação:</b>			
EUA	3,2	2,1	1,4
UNIÃO EUROPEIA	3,1	2,6	1,7
ÁREA EURO	2,7	2,5	1,5
JAPÃO	-0,3	0,0	0,0
<b>Taxa de Desemprego:</b>			
EUA	9,0	8,1	7,5
UNIÃO EUROPEIA	9,7	10,5	11,1
ÁREA EURO	10,2	11,4	12,2
JAPÃO	4,6	4,4	4,0
<b>Índice de Produção Industrial:</b>			
EUA	3,4	3,6	2,5
UNIÃO EUROPEIA	3,2	-2,1	-1,0
ÁREA EURO	3,5	-2,5	-1,3
JAPÃO	-2,6	0,2	-1,8

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARI Finanças  
 Leitura: Variação Percentual  
 (e) - estimativa

No final de 2013, assistiu-se a uma diminuição da incerteza e dos riscos financeiros globais associados à dívida soberana devido aos progressos alcançados na construção da união bancária europeia, com destaque para o acordo na União Europeia para os dois primeiros pilares - Mecanismo Único de Supervisão e de Resolução. Os mercados financeiros reagiram favoravelmente a este anúncio, assistindo-se a uma redução das taxas de rendibilidade da dívida pública nos países sobre pressão.

De acordo com o Conselho do Banco Central Europeu (BCE), as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo e as condições monetárias e de crédito deverão permanecer contidas. Paralelamente, as expectativas de inflação continuam firmemente ancoradas em linha com o objetivo de manter a inflação abaixo de 2,0% no médio prazo. Deste modo, em dezembro de 2013, o BCE decidiu manter a taxa das operações principais de refinanciamento em 0,25%.

As taxas de juro do mercado monetário do euro acompanharam a descida das taxas de juro oficiais. Assim, no final de dezembro de 2013, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em 0,287%, 0,389% e 0,556%, respetivamente.

Taxas de Juro Referência	2011	2012	2013
Zona Euro	1,00	0,75	0,25
EUA	0,25	0,25	0,25
Japão	0,10	0,10	0,10
Reino Unido	0,50	0,50	0,50

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Percentagem, no final do período

Taxas de Juro Mercado Monetário	2011	2012	2013
Zona Euro			
Eonia	0,63	0,13	0,45
Euribor 1 mês	1,02	0,11	0,22
Euribor 3 meses	1,36	0,19	0,29
Euribor 6 meses	1,62	0,32	0,39
Euribor 12 meses	1,95	0,54	0,56
EUA			
Libor 3 meses	0,58	0,31	0,24
Japão			
Libor 3 meses	0,20	0,18	0,15

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Percentagem, no final do período

Em dezembro de 2013, registou-se uma apreciação da taxa de câmbio do euro face às principais divisas internacionais, tendo o euro se situado nos 1,379 dólares americanos no final do ano. Esta evolução reflete, em parte, os progressos verificados na construção da união bancária europeia, com impacto na melhoria das condições de financiamento dos países mais atingidos pela crise da dívida soberana.

Divisas	2011	2012	2013
EUR/USD	1,318	1,319	1,379
EUR/JPY	102,55	113,61	144,72
EUR/GBP	0,844	0,816	0,834
EUR/CHF	1,228	1,207	1,228

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

Adicionalmente, os índices bolsistas internacionais apresentaram uma evolução globalmente positiva, com destaque para uma valorização significativa do principal índice bolsista dos EUA.

Mercados Bolsistas	2011	2012	2013
Dow Jones EURO STOXX	-3,4	-6,5	17,5
Nikkei 225	-5,7	-3,5	48,7
Standard & Poors 500	11,4	8,7	19,1

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: Variação Percentual

Em 2013, o preço das matérias-primas não energéticas, nomeadamente metais e bens agrícolas, apresentou uma aceleração significativa face a 2012. O preço do barril de petróleo diminuiu face a 2012, mantendo-se, no entanto, em níveis elevados, associados ao prosseguimento da instabilidade geopolítica no Médio Oriente e ao aumento da procura por parte das economias avançadas, em linha com a melhoria da sua situação económica. O preço do petróleo *Brent* em 2013 rondou, em média, os 110 dólares por barril.

Matérias-primas	2011	2012	2013 <sup>(e)</sup>
Petróleo Brent USD/Barril (1)	110,82	111,6	110,0
Bens Agrícolas (2)	22,7	-12,7	6,3
Metais (2)	13,5	-16,8	-2,3

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal  
Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD / (2) Variação Percentual  
(e) - estimativa

Na expectativa de uma recuperação da União Europeia, a CE, o FMI e a OCDE esperam uma diminuição dos défices orçamentais para a média dos países da área do euro ao longo dos próximos dois anos. Quanto ao rácio da dívida pública no PIB, preveem que, em média, nos países da área do euro, este aumente ligeiramente em 2014, invertendo a tendência no ano seguinte, ainda que a um ritmo muito lento.

## 1.2 - Quadro macroeconómico nacional

A economia portuguesa intensificou em 2013 o processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, num contexto de restritas condições monetárias e financeiras e de manutenção de uma política orçamental contracionista. As atuais projeções confirmam uma recuperação moderada da atividade económica portuguesa, devendo a economia registar, a partir do final de 2013, taxas de variação homólogas do PIB positivas.

O crescimento da economia portuguesa tenderá a aproximar-se dos valores projetados para o conjunto da área do euro. Esta evolução favorável deverá assentar na robustez das exportações de bens e serviços e na aceleração da procura interna, com destaque para o investimento empresarial. Assim sendo, a atividade económica apresentará uma contração de 1,5% em 2013 e o défice orçamental ficará nos 5,9% do PIB.

No que se refere à procura externa dirigida à economia portuguesa, estima-se para o ano de 2013 um crescimento próximo de 1%, seguido de uma aceleração em 2014 e 2015, quer na área do euro quer nos mercados fora da área. A procura externa proveniente dos mercados fora da área deverá manter-se mais dinâmica, prevendo-se, contudo, crescimentos inferiores aos registados antes da crise financeira.

As atuais projeções são consistentes com uma redução do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nos principais setores de atividade em 2013, embora menos significativa do que a registada em 2012. A atividade em alguns subsectores da indústria e dos serviços deverá continuar a ser favorecida pelo comportamento dinâmico das exportações, traduzindo uma reorganização para os setores de bens e serviços transacionáveis.

Indicadores Macroeconómicos	2011	2012	2013 <sup>(e)</sup>
<b>Despesa e PIB</b>			
- Consumo Privado	-3,8	-5,8	-2,0
- Consumo Público	-4,3	-3,9	-1,5
- FBCF	-10,7	-14,9	-8,4
- Exportações	7,2	6,3	5,9
- Importações	-5,9	-4,7	2,7
- PIBpm	-1,7	-3,2	-1,0
<b>Inflação</b>	3,5	2,8	0,5
Índice de Produção Industrial - IT	-0,9	-3,0	-0,1
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	5,7	-13,4	0,4
Índice PSI 20	-27,6	2,9	16,0
Taxa de Desemprego	12,7	15,7	16,6

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal  
 Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego  
 (e)- Estimativa



Durante o ano de 2013 manteve-se a tendência de recomposição do PIB observada nos anos mais recentes, caracterizada por um aumento do peso das exportações e por uma redução do peso da procura interna. O consumo privado encontra-se condicionado pela evolução do rendimento disponível real, que sofreu uma redução significativa em 2013. O contributo da procura interna para o crescimento do PIB em 2013 foi de 2,7 p.p. negativos, enquanto o contributo das exportações foi positivo em 5,9 p.p., refletindo a manutenção do dinamismo desta componente. A evolução recente das exportações traduz um desempenho marcadamente mais favorável do que o observado na maioria das economias da área do euro. O dinamismo das exportações nos anos mais recentes tem-se traduzido em ganhos de quota de mercado significativos, parcialmente associados a uma diversificação dos mercados de destino, que conduziram, em 2013, a uma quota de mercado das exportações portuguesas superior à existente no início da união monetária.

O Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (IHPC) desacelerou em 2013 para 0,5% (2,8% em 2012), resultado, em grande medida, da dissipação do impacto de medidas de consolidação orçamental implementadas em 2012. Esta redução da inflação deverá assumir um carácter temporário, na medida em que as projeções para os próximos anos apontam para uma aceleração moderada do IHPC, num contexto de pressões inflacionistas externas e num quadro de recuperação moderada da economia mundial e de continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa.

Em 2013 assistiu-se a uma contínua redução de emprego em termos líquidos e aumento da taxa de desemprego, mantendo-se em níveis historicamente elevados, 15,3% no 4º trimestre de 2013, situando-se a taxa de desemprego anual nos 16,3%, face a 15,7% em 2012.

A correção dos desequilíbrios acumulados nas últimas décadas deverá persistir nos próximos anos. O processo de ajustamento deverá assumir uma natureza permanente, não só no que se refere à trajetória de consolidação orçamental, mas também ao conjunto de reformas estruturais em curso, como é o caso da correção do desequilíbrio das contas externas e a reafetação de recursos a favor das empresas produtoras de bens e serviços transacionáveis. Importa sublinhar a importância do compromisso assumido pelas autoridades, no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), de alcançar um saldo orçamental negativo de 0,5% do PIB no médio prazo. O cumprimento deste objetivo é essencial para garantir uma trajetória descendente da dívida pública. Esta trajetória surgirá reforçada num quadro institucional que defina regras e procedimentos orçamentais conducentes a uma gestão prudente das finanças públicas, que seja promotor do investimento, da inovação e da incorporação de progresso tecnológico por parte das empresas, e que favoreça um continuado investimento em educação e capital humano por parte das famílias. Estes são fatores chave para assegurar um maior e equilibrado crescimento económico a longo prazo.

Não obstante, é relevante ter presente que, pese embora as políticas públicas de contenção do défice orçamental e da dívida pública, esta última conheceu um aumento em 2013 de 129,2% do PIB, face a 124,1% no final de 2012

### 1.2.1 - O Setor das Telecomunicações

O ano de 2013 marcou o agravamento da recessão económica em Portugal, à qual o mercado das telecomunicações não foi indiferente.

No âmbito estrutural e regulatório, destacamos, durante este ano, os seguintes eventos:

- Em 27 de agosto de 2013 ocorreu a fusão por incorporação da sociedade OPTIMUS - SGPS, S.A. na sociedade ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (que alterou a designação social para ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.);
- Em 9 de setembro de 2013 a Comissão Europeia publicou formalmente a recomendação final sobre não discriminação e custeio de NGA (*"Next Generation Access Networks"*), inserida na apresentação e proposta do chamado pacote do Mercado Digital Único. A Recomendação (não vinculativa) tem como objetivos promover o investimento e a inovação em novas infraestruturas de rede, ao mesmo tempo que se assegura a concorrência efetiva. A recomendação procura:
  - (i) assegurar um efetivo *level playing field* através da aplicação de regras mais estritas de não discriminação;
  - (ii) estabelecer preços de acesso às redes de cobre previsíveis e estáveis;
  - (iii) e aumentar a certeza regulatória quanto às circunstâncias que devem levar à não imposição de preços regulamentados no acesso grossista às redes de Nova Geração;
- *"Connected Continent"* – Proposta da Comissão Europeia para um novo Regulamento sobre o *"Digital Single Market"*. A Comissão Europeia apresentou, em setembro de 2013, uma proposta de Regulamento sobre *"Digital Single Market"*, com o objetivo de estimular o fornecimento de serviços europeus transfronteiriços e de promover uma concorrência sustentável no mercado interno e competitividade global da União Europeia, com particular impacto a nível da instituição de uma autorização europeia única para a prestação de serviços de comunicações eletrónicas, convergência de remédios regulatórios, uniformização de serviços a nível europeu, harmonização de procedimentos para atribuição de espectro, *Net Neutrality* e transparência, tráfego internacional de voz e *roaming* e proteção dos consumidores. A Comissão Europeia tenciona obter a aprovação deste regulamento pelo Parlamento Europeu na primavera de 2014, embora já tenham sido expressas posições dissonantes sobre vários aspetos da proposta, nomeadamente por parte de comités do próprio Parlamento Europeu;

- Ao nível do consumidor, em dezembro de 2013, a ANACOM lançou uma ferramenta, no seu site, que permite ao consumidor testar a velocidade do seu serviço de Internet. Esta ferramenta denomina-se NET.Mede e pretende constituir a primeira fase das ações de verificação e controlo da qualidade de serviço do serviço de acesso à internet fixa e móvel promovida pela ANACOM;

Dado o foco no mercado grossista das empresas de telecomunicações do Grupo dst, importa analisar a evolução da procura dos serviços de retalho suportáveis na sua rede.

Assim, de acordo com os indicadores publicados trimestralmente pelo organismo regulador do setor (ICP – Anacom), o número de assinantes de televisão por subscrição (considerando não só soluções *wireline* mas, também, por satélite – DTH – *Direct to Home*) atingiu, no final do 4.º trimestre de 2013, cerca de 3,17 milhões, mais 8,5 mil assinantes que no trimestre anterior. Quando comparado com o período homólogo do ano anterior, verifica-se uma variação positiva de 1,58%, ou seja, mais 49,4 mil assinantes.

#### **Quadro A – Evolução do número de assinantes do serviço de televisão por subscrição**

##### **Por Região**

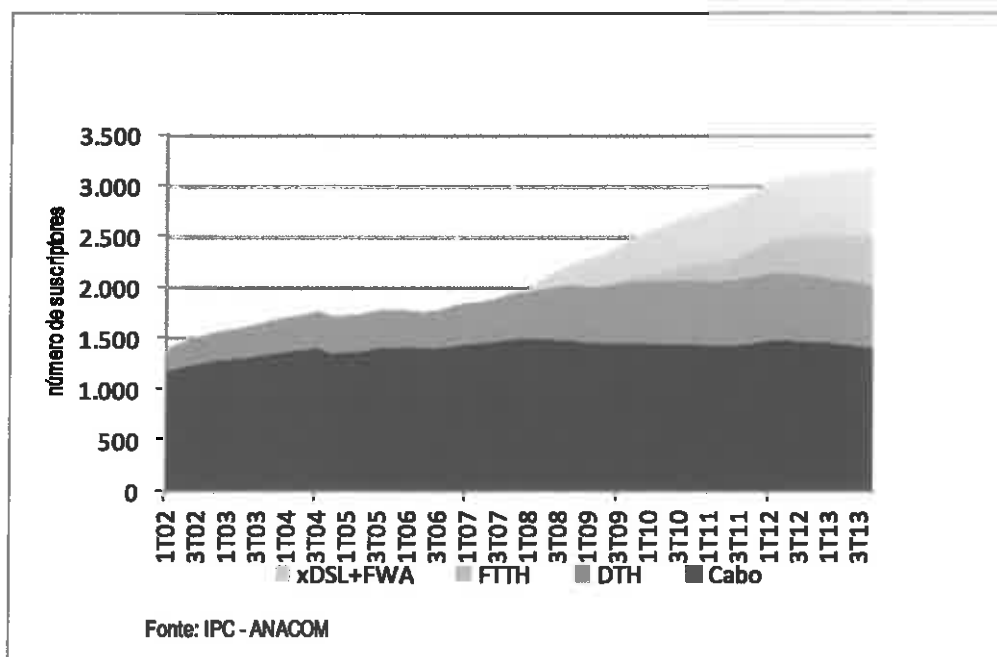
	4T12	4T13	Variação homóloga
<b>Norte</b>	930	953	2,51%
<b>Centro</b>	593	605	2,09%
<b>Lisboa</b>	1 075	1 083	0,72%
<b>Alentejo</b>	210	215	2,56%
<b>Algarve</b>	141	146	3,39%
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	85	79	-7,24%
<b>Região Autónoma da Madeira</b>	88	90	2,28%
<b>Total</b>	<b>3.122</b>	<b>3.171</b>	<b>1,58%</b>

Fonte: ICP- Anacom

Unidade: Milhares de assinantes

O aumento do número de assinantes por tecnologia do serviço de televisão por subscrição no 4T13 deveu-se ao crescimento das ofertas suportadas em FO (FTTH/B) e em ADSL, sendo o crescimento do serviço de FO no ano de 2013 de 79 mil assinantes, face ao 4T12. Em variação positiva, +73mil assinantes, também estiveram as ofertas de serviços de televisão suportadas na rede telefónica pública (xDSL). Neste período e em sentido contrário, o número de assinantes do serviço de TV por cabo e da tecnologia *direct to home* (DTH) registou uma diminuição de 4% e 7% por cento, respetivamente.

**Por tecnologia**



Analisando a distribuição dos assinantes por tipo de serviço de televisão, no final do 4T2013 o serviço de distribuição de TV por cabo representava 44% do total de assinantes, o DTH 19%, o xDSL 15% e a fibra ótica (FTTH/B) 22%.

No exercício económico em análise, o Grupo ZON Optimus deteve a quota mais elevada de assinantes de TV por subscrição com 47,8%, seguida da PT Comunicações (PTC) e da Cabovisão com 41,5% e 7,1% respetivamente. No final do 4T2013, e de acordo com informação prestada pelo Barómetro de Telecomunicações da Markttest-Rede Fixa, cerca de 58,7% dos lares com TV por subscrição dispunham de mais de 80 canais, o que representa um aumento de 10 pontos percentuais quando comparado com o trimestre homólogo. Por outro lado, o acesso a canais *premium* diminuiu 1,2 pontos percentuais. (Fonte: IPC – ANACOM)

Assistiu-se, igualmente, a um crescimento do número de clientes de acesso à Internet em local fixo. Segundo dados publicados pela ANACOM com referência ao quarto trimestre de 2013, verificou-se um crescimento de 7,2% face ao trimestre homólogo anterior, atingindo-se 2,6 milhões de clientes.

**Quadro B – Evolução do número total de clientes de acesso fixo à Internet**

	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	Δ 4T13 vs 4T12	
						unid.	%
<b>Clientes de banda larga (fixa)</b>	2.286	2.311	2.343	2.384	2.440	154	6,7%
<b>Clientes de acesso <i>dial-up</i></b>	25	25	24	24	24	-1	-3,6%
<b>Número Total de Clientes</b>	<b>2.311</b>	<b>2.336</b>	<b>2.367</b>	<b>2.408</b>	<b>2.464</b>	<b>153</b>	<b>6,6%</b>

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: Milhares de clientes

À semelhança de 2012, a principal tecnologia de acesso à Internet em banda larga fixa em 2013 continuou a ser o ADSL, que representa 42,8% do total com referência ao quarto trimestre de 2013, não obstante ter sofrido uma ligeira quebra face ao período homólogo de 2012. O número de acessos via *modem* cabo representa 37,9% do total de acessos. Por sua vez, o acesso à Internet suportado em fibra óptica (*FTTH/B*) verificou um aumento de 26,5% face ao mesmo período de 2012, sendo esta a tecnologia que mais tem crescido. O número de utilizadores que efetivamente utilizaram Internet em banda larga móvel foi de 3,9 milhões (um aumento de 7,7 por cento em relação ao trimestre anterior). A evolução da banda larga móvel tem sido impulsionada, sobretudo, pelo aumento do número de utilizadores de *smartphones*. (Fonte: IPC – ANACOM)

**Quadro C – Evolução do número de acessos de banda larga (acesso fixo)**

	4T12	3T13	4T13	Δ %	
				4T13/3T12	4T13/4T12
<b>Total de acessos, dos quais:</b>	<b>2.391</b>	<b>2.507</b>	<b>2.563</b>	<b>2%</b>	<b>7%</b>
<b>Acessos ADSL</b>	1.078	1.092	1.096	0%	2%
% do Total de banda larga fixa	45%	44%	43%		
<b>Acessos <i>modem</i> cabo</b>	948	965	972	1%	3%
% do Total de banda larga fixa	40%	38%	38%		
<b>Acessos FTTH/B</b>	363	428	459	7%	27%
% do Total de banda larga fixa	15%	17%	18%		
<b>Outros</b>	1,43	23,00	36,14	57%	2420%
% do Total de banda larga fixa	0%	1%	1%		

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: Milhares de acessos

No que se refere às quotas de clientes de banda larga fixa, e como se pode observar no quadro seguinte, a quota de clientes do Grupo PT, no final do quarto trimestre de 2013, situou-se nos 50,5%, que compararam com os 51,3% do trimestre homólogo anterior.

**Quadro D – Evolução das quotas de clientes de banda larga (acesso fixo)**

Operador	2012	2013				Δ 4T13 vs 4T12
	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13	
<b>Grupo PT</b>	<b>51,30%</b>	<b>51,50%</b>	<b>51,50%</b>	<b>51,10%</b>	<b>50,50%</b>	<b>-0,08pp</b>
PT Comunicações	51,20%	51,50%	51,40%	51,10%	50,50%	-0,07pp
TMN	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00pp
<b>Grupo ZON OPTIMUS</b>		<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>36,80%</b>	<b>36,20%</b>	<b>n.a.</b>
ZON TV Cabo Portugal	-	-	-	29,90%	29,60%	n.a.
ZON TV Cabo Madeirense	-	-	-	1,60%	1,60%	n.a.
ZON TV Cabo Açoreana	-	-	-	0,90%	0,80%	n.a.
Optimus	-	-	-	4,50%	4,20%	n.a.
<b>Grupo ZON Multimédia / TV Cabo</b>	<b>33,00%</b>	<b>32,90%</b>	<b>32,70%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>n.a.</b>
ZON TV Cabo Portugal	30,60%	30,50%	30,20%	-	-	n.a.
ZON TV Cabo Madeirense	1,50%	1,60%	1,60%	-	-	n.a.
ZON TV Cabo Açoreana	0,90%	0,90%	0,90%	-	-	n.a.
<b>Cabovisão</b>	<b>6,70%</b>	<b>6,50%</b>	<b>6,30%</b>	<b>6,20%</b>	<b>6,10%</b>	<b>-0,6pp</b>
<b>Optimus</b>	<b>4,30%</b>	<b>4,20%</b>	<b>4,30%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>n.a.</b>
<b>Vodafone</b>	<b>3,90%</b>	<b>4,10%</b>	<b>4,50%</b>	<b>5,10%</b>	<b>6,50%</b>	<b>2,6pp</b>
<b>ONITELECOM</b>	<b>0,30%</b>	<b>0,30%</b>	<b>0,30%</b>	<b>0,30%</b>	<b>0,30%</b>	<b>0pp</b>
<b>Outros Prestadores</b>	<b>0,50%</b>	<b>0,50%</b>	<b>0,40%</b>	<b>0,40%</b>	<b>0,40%</b>	<b>-0,1pp</b>

Fonte: ICP- Anacom

Unidade: %

O Grupo ZON Optimus dispõe de uma quota de acessos de 36,2%, resultantes da fusão do Grupo ZON com a Optimus que ocorreu no terceiro trimestre de 2013, tendo a sua quota diminuído cerca de 0,6 pontos percentuais (esta evolução pode ter sido influenciada pelas obrigações impostas pela Autoridade da Concorrência no âmbito da fusão entre estes prestadores, nomeadamente a possibilidade de rescisão de contratos de clientes independentemente do período de fidelização). A Vodafone foi, pelo 3.º trimestre consecutivo, o prestador que, em termos líquidos, maior número de assinantes conseguiu captar, atingido um quota de 6,5% no final do trimestre (+1,4 pontos percentuais do que no 3T2013).

Em relação ao número de acessos telefónicos principais registou-se uma variação homóloga negativa de 0,6%, não obstante verificou-se um crescimento dos acessos VoIP/VoB (+11,5%), nos quais se incluem os acessos suportados nas redes de FO (FTTH/FTTB), que aumentaram 25,5%, e nas redes de TV por cabo (+1,4%).

Com referência ao final de 2013, o Grupo PT Comunicações manteve a sua posição face ao período homólogo anterior, sendo a sua quota de clientes de 56,4% neste segmento, inferior em 0,8 pontos percentuais face ao período homólogo de 2012. O Grupo ZON Optimus é o 2.º maior prestador, com uma quota de 31,2%.

**Quadro E – Número de acessos do sistema telefone fixo**

	3T12	1T13	3T13	Variação 3T13 / 3T12
<b>Acessos Principais Totais</b>	<b>4.568.334</b>	<b>4.541.686</b>	<b>4.543.980</b>	<b>-0,53%</b>
<b>Acessos Analógicos</b>	<b>2.217.166</b>	<b>2.151.795</b>	<b>2.113.265</b>	<b>-4,69%</b>
(dos quais) Postos Públicos	24.293	23.323	22.868	-5,87%
<b>Acessos RDIS e Diginet</b>	<b>603.833</b>	<b>570.659</b>	<b>544.183</b>	<b>-9,88%</b>
Básicos	317.678	298.828	281.152	-11,50%
Primários	279.900	265.770	257.399	-3,04%
Fractionados	2.933	2.851	2.821	-3,82%
Outros acessos digitais	3.322	3.210	2.811	-15,38%
<b>GSM / UMTS</b>	<b>454.358</b>	<b>448.413</b>	<b>443.663</b>	<b>-2,35%</b>
<b>VoIP / VoB</b>	<b>1.292.976</b>	<b>1.370.819</b>	<b>1.442.869</b>	<b>11,59%</b>

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: 1 acesso

Para o ano de 2014, é expectável nova consulta da ANACOM sobre os Mercados 4 e 5 no primeiro trimestre do ano, uma vez que a ANACOM pretende impor a obrigação de acesso virtual à fibra óptica (bitstream avançado), mas com diferenciação geográfica na sua aplicação. Este processo não foi concluído no ano de 2013, em resultado das alterações entretanto ocorridas no mercado nacional (fusão entre a Zon e a Optimus e investimentos iniciados pela Vodafone e Altice na expansão das suas redes de fibra) e da recomendação da CE relativa a não discriminação e metodologias de custeio de NGA, que acabou por ser publicada em setembro de 2013.

## 2 - Atividade da Empresa

### 2.1 - Organização

A Minhocom, gestão de infraestruturas de telecomunicações, e.i.m., doravante designada por Minhocom, eim, ou Entidade, foi constituída no âmbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, que teve como objetivo apoiar projetos de construção e desenvolvimento de infraestruturas de Banda Larga em regiões desfavorecidas, corrigir falhas de mercado e criar condições de sustentabilidade económica. O modelo de operação assenta no modelo de *Equal Access Networks*, no qual o acesso à infraestrutura é aberto a todos os operadores e prestadores de serviços de comunicações eletrónicas devidamente licenciados, sendo que as condições técnicas e financeiras de acesso à infraestrutura obedecem aos princípios de transparência e não discriminação.

A rede da Minhocom, eim, abrange os Municípios: Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço.

A sua atividade ao longo do ano de 2013, e à semelhança dos exercícios anteriores, foi assegurada com recurso a prestadores de serviços externos especializados nos serviços de telecomunicações, dando cumprimento ao estipulado no âmbito do CCP (Código dos Contratos Públicos).

O excelente desempenho da organização deve-se essencialmente à cooperação dos acionistas, públicos e privados, pelo que o trabalho desempenhado foi fundamental para os resultados alcançados ao longo do ano de 2013.

O Administrador Executivo (AE) é um dos membros do Conselho de Administração e é não remunerado. Tem como principal tarefa dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração dando conhecimento aos restantes membros do Conselho de Administração das suas ações no âmbito da delegação de poderes que lhe foi conferida, através da elaboração de atas quinzenais.

Importa dar nota de que se encontra em fase de preparação o processo de fusão da Valicom, gestão de infraestruturas de telecomunicações, e.i.m. e da Minhocom, eim.

## 2.2 - Custos de exploração

O normal funcionamento da atividade da Minhocom, eim, implica um investimento permanente na manutenção da infraestrutura. Neste sentido, e com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados aos clientes e a continuidade da atividade, a Empresa tem vindo a apostar na permanente inovação no sentido de otimizar a sua gestão corrente assegurando uma forte contenção de custos.

Apesar disso, a aposta numa gestão otimizada de recursos e na contenção de custos resultou numa redução significativa dos valores previstos em sede de orçamento.

## 2.3 - Tecnologia

Apesar do cliente de retalho ser agnóstico à tecnologia que suporta a sua prestação de serviços, o mesmo não se passa com os clientes operadores de telecomunicações e sendo a Minhocom, eim um operador wholesale, as opções tecnológicas constituem um elemento fundamental da sua estratégia de diferenciação pelo que a Minhocom, eim continuará a seguir as tendências de mercado por forma a complementar as funções existentes e alargar a sua capacidade de fornecimento de serviços, bem como a melhoria do desempenho.

Ao nível do cumprimento dos SLA "Service Level Agreement", a Minhocom, eim cumpriu os níveis a que se tinha comprometido, conseguindo em muitas situações, ser mais eficiente e ultrapassar os níveis de serviço previstos.



Durante o ano de 2013 foi dada continuidade ao processo de divulgação e analisadas novas medidas de sensibilização com o intuito de prevenção de cortes da infraestrutura.

## 2.4 - Comercial e marketing

O esforço comercial desenvolvido tem surtido efeito conforme se constata pelo facto de a Empresa ter como clientes, entre outros, três operadores de telecomunicações de nível nacional. O nível de proveitos de exploração apresentou um crescimento significativo face ao ano anterior e é de esperar que em 2014 se intensifique, atendendo ao início de operacionalização da dstelecom norte, que dará novo impulso a esta empresa, não obstante a limitação de atuação da Minhocom, eim como prestador wholesale.

O alargamento de portfólio de serviços tem permitido à Minhocom, eim ajustar a sua oferta às necessidades do mercado, e ultrapassar as limitações resultantes da tipologia da infraestrutura detida pela Empresa – rede de transporte sem capilaridade.

Por outro lado, a Empresa manteve a aposta na criação de condições de diferenciação da região e apostou nos vetores considerados mais prementes: saúde, educação e área empresarial, tendo dado contributos importantes para a região nestes dois importantes sectores.

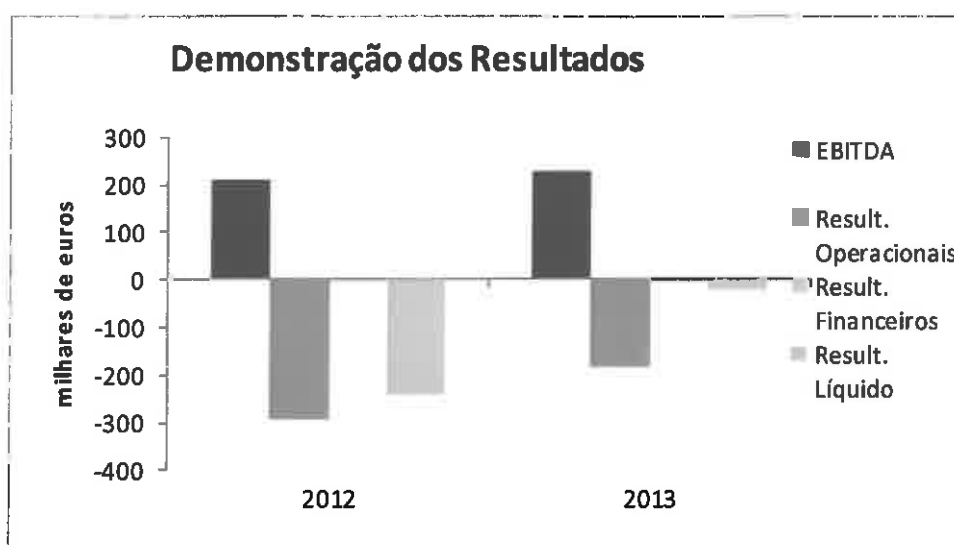
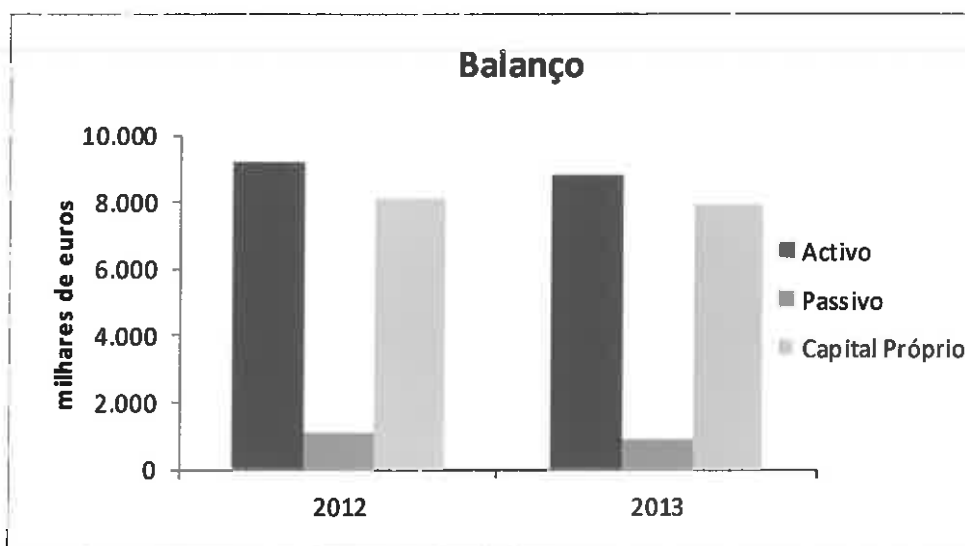
## 2.5 - Análise económico-financeira

As principais componentes do Balanço no lado do Ativo são os Ativos fixos tangíveis e Clientes, enquanto que no lado do Passivo ressaltam as rubricas Passivos por impostos diferidos, Diferimentos e Fornecedores.

Os Ativos fixos tangíveis incluem a construção da Rede Comunitária e respetivos equipamentos, que ficou concluída em Maio de 2010. Por seu turno, a rubrica de Ativos intangíveis inclui os programas de computadores necessários para a operacionalidade e exploração da referida rede. A rubrica de Clientes reflete os valores em dívida decorrentes da celebração de contratos de conectividade e de aluguer de fibra escura e co-localização da rede comunitária.

Na rubrica Outros instrumentos de capital próprio encontram-se registadas as prestações acessórias do sócio privado, que assumem também uma importância relevante nos Capitais Próprios, totalizando 6.479.589 €.

A rubrica Outras variações no capital próprio diz respeito ao subsídio governamental obtido para investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis no âmbito do POS\_C, no valor de 4.044.067 €, deduzido dos respetivos passivos por impostos diferidos.



Descrição	2011	2012	2013
<b>Indicadores Económicos</b>			
Valor Acrescentado Bruto*	226 700	217 264	239 648
EBITDA*	226 700	206 787	226 641
Cash-Flow *	244.793	258.356	386 017
<b>Indicadores Financeiros</b>			
Autonomia Financeira	88,01%	87,99%	89,89%
Liquidez Geral	49,93%	52,15%	81,83%
Solvabilidade Total	733,94%	732,79%	889,23%

\*Valores em euros

A Minhocom, eim, apresenta um bom rácio de autonomia financeira, decorrente das prestações acessórias incorporadas na empresa para fazer face à execução da Rede e do subsídio ao investimento. Esta incorporação permitiu ainda a obtenção de um excelente rácio de solvabilidade.

Em termos de proveitos de exploração em 2013, a empresa aumentou a faturação face ao ano anterior.

Fruto dos factos atrás referidos, bem como do enorme esforço que foi efetuado para manter os gastos de exploração em níveis bastante baixos, a empresa apurou um EBITDA positivo que se cifrou nos 226.7641 euros, decorrente dos serviços prestados e reconhecimento do investimento no período de 2013. Contudo o Resultado Líquido foi negativo em 25.068 euros decorrente em especial das depreciações e amortizações dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

### **3 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Período**

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

### **4 - Perspetivas Futuras**

No decorrer do exercício de 2014 espera-se que os promotores da Minhocom, eim, bem como entidades locais de papel relevante para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua Rede Privada de nova geração, aproveitem as potencialidades da mesma na sua plenitude e estimulem os seus prestadores de serviços de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da sua empresa intermunicipal.

Adicionalmente, é expectável o aumento gradual do volume de negócios da empresa em resultado da atividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente do alargamento do portfólio de serviços disponibilizados, bem como a interligação desta rede com uma Rede de Nova Geração que se encontra a ser desenvolvida por outra entidade e que dará um novo impulsiono na atividade da empresa.

### **5 - Ações próprias**

No decurso do período de 2013 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2013, a sociedade não detinha ações próprias.

## 6 - Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Durante o período de 2013 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

## 7 - Sucursais da sociedade

A Entidade não dispõe de qualquer sucursal.

## 8 - Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido negativo do período de 2013, no valor de 25.067,66€ (vinte e cinco mil, sessenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos), seja aplicado na rubrica de Resultados Transitados.

## 9 - Objetivos e Políticas de Gestão dos Riscos Financeiros

No contexto económico e financeiro em que a Entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. Neste sentido, a análise do risco é assegurada pelas diversas unidades corporativas do grupo em que a Entidade se insere. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a Entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos do grupo em que está inserida.

## 10 - Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11 - Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 28 de fevereiro de 2014.

## 12 - Nota final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a Entidade. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 28 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração

José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

António Abílio Pereira Torres; *Vogal*

José Manuel Vaz Carpinteira; *Vogal*

António Pereira Júnior; *Vogal*

Hemâni José Gonçalves Teixeira; *Vogal*

## B) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º e no n.º 4 do artigo 448.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, apresentamos, de seguida, a lista de ações abrangidas pelo disposto nesse preceituado:

1. Nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do CSC, em 31 de dezembro de 2013, os membros do Conselho de Administração não eram titulares de quaisquer ações da Entidade.
2. Os seguintes acionistas, abrangidos pelo disposto no n.º 4 do art.º 448.º do CSC, eram titulares, em 31 de dezembro de 2013, de pelo menos um décimo do capital:
  - i. – Associação de Municípios do Vale do Minho, com 51% do capital;
  - ii. – dstelecom, s.a., com 48,49% do capital.

Valença, 28 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração.

José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

António Abílio Pereira Torres; *Vogal*

José Manuel Vaz Carpinteira; *Vogal*

António Pereira Júnior; *Vogal*

Hernâni José Gonçalves Teixeira; *Vogal*

## C) Órgãos Sociais

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: José Gonçalves Teixeira

VOGAL: António Abílio Pereira Torres

VOGAL: José Manuel Vaz Carpinteira

VOGAL: António Pereira Júnior;

VOGAL: Hermâni José Gonçalves Teixeira

### MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE: José Emílio Pedreira Moreira

VICE-PRESIDENTE: Jorge Manuel Salgueiro Mendes

SECRETÁRIO: Susana Daniela Simões da Silva Braga

### ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (Fiscal Único)

Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC,

representado por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159).

## D) Demonstrações Financeiras Individuais

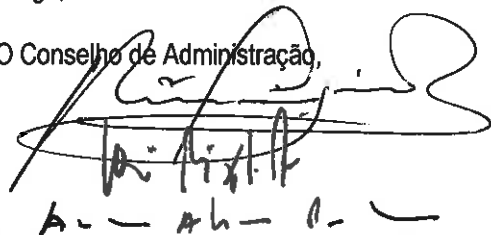
## Balança Individual em 31 de dezembro de 2013

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2013	31-12-2012
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	8.651.361,70	9.030.132,74
Ativos intangíveis	8	486,11	37.843,67
Ativos por impostos diferidos	17	-	1.255,12
		8.651.847,81	9.069.231,53
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	9	107.412,34	97.523,97
Estado e outros entes públicos	11	4.053,28	3.000,00
Outras contas a receber	10	5.318,16	2.199,56
Diferimentos	12	201,72	4.113,09
Caixa e depósitos bancários	4	13.131,78	8.004,07
		130.117,28	114.840,69
<b>Total do ativo</b>		<b>8.781.965,09</b>	<b>9.184.072,22</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	13	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	14	6.479.588,53	6.479.588,53
Resultados transitados		(1.199.914,66)	(796.446,75)
Outras variações no capital próprio		2.589.600,64	2.590.954,41
Resultado líquido do período		(25.067,66)	(242.831,40)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>7.894.206,85</b>	<b>8.081.264,79</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Passivos por impostos diferidos	17	728.757,03	882.582,32
		728.757,03	882.582,32
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15	20.977,89	76.169,10
Estado e outros entes públicos	11	6.941,77	11.918,18
Outras contas a pagar	16 e 17	53.002,26	54.065,04
Diferimentos	12	78.079,29	78.072,79
		159.001,21	220.225,11
<b>Total do passivo</b>		<b>887.758,24</b>	<b>1.102.807,43</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>8.781.965,09</b>	<b>9.184.072,22</b>

Braga, 28 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração,



O Técnico Oficial de Contas,

Susana Queiroz



## Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas – período findo em 31 de dezembro de 2013

Unidade monetária: euros

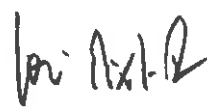
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	18	178.649,92	126.643,11
Fornecimentos e serviços externos	20	(99.363,78)	(110.488,44)
Gastos com o pessoal	21	(13.007,65)	(10.476,77)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	10.040,96	-
Outros rendimentos e ganhos	19 e 22	166.442,41	201.556,54
Outros gastos e perdas	23	(6.080,24)	(447,13)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		236.681,62	206.787,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(421.125,72)	(501.187,65)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(184.444,10)	(294.400,34)
Juros e gastos similares suportados	24	(4,95)	(2,50)
Resultado antes de impostos		(184.449,05)	(294.402,84)
Imposto sobre o rendimento do período		159.381,39	51.571,44
Resultado líquido do período		(25.067,66)	(242.831,40)
Resultado por ação		(2,51)	(24,28)

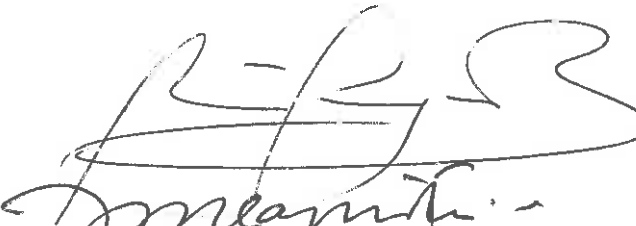
Braga, 28 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,

Susana Queirós

  
 João Ant. R.  
 P. - 14 - P.

  
 António José Gonçalves

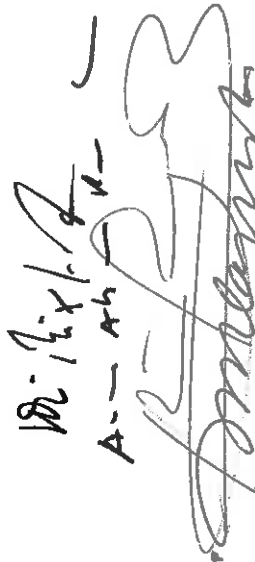
## Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2012

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2012		50.000,00	6.479.588,53	(471.473,22)	2.733.992,37	(273.402,09)	8.518.705,59
<b>Alterações no período</b>							
Aplicação do resultado de 2011		-	-	(273.402,09)	-	273.402,09	-
Alterações em outras variações no capital próprio:							
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	(51.571,44)	(194.609,40)	-	(194.609,40)
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	(324.973,53)	51.571,44	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>							
<b>Resultado integral</b>							
Operações com detentores de capital no período					(143.037,96)	273.402,09	(194.609,40)
						(242.831,40)	(242.831,40)
						(242.831,40)	(242.831,40)
Posição em 31 de dezembro de 2012		50.000,00	6.479.588,53	(796.446,75)	2.590.954,41	(242.831,40)	8.081.264,79

Braga, 28 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração,

  
 António Pereira  
 Presidente do Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas,

Susana Queiroz

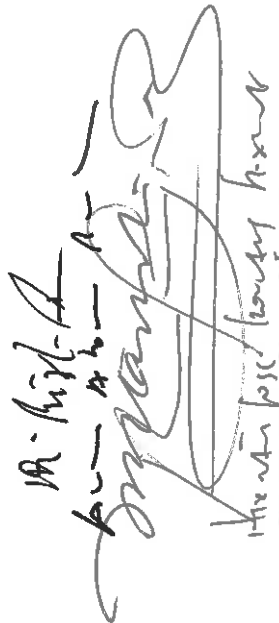
## Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2013

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de Janeiro de 2013		50.000,00	6.479.588,53	(796.446,75)	2.590.954,41	(242.831,40)	8.081.264,79
<b>Alterações no período</b>							
Aplicação do resultado de 2012		-	-	(242.831,40)	-	242.831,40	-
Alterações em outras variações no capital próprio:							
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	(161.990,28)	(161.990,28)	-	(161.990,28)
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	(160.636,51)	160.636,51	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>				(403.467,91)	(1.353,77)	242.831,40	(161.990,28)
<b>Resultado integral</b>						(25.067,66)	(25.067,66)
Operações com detentores de capital no período						(25.067,66)	(25.067,66)
Posição em 31 de Dezembro de 2013		50.000,00	6.479.588,53	(1.199.914,66)	2.589.600,64	(25.067,66)	7.894.206,85

Braga, 28 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração,



O Técnico Oficial de Contas,

Susana Queiroz

mihhocom, eim

## Demonstração Individual de Fluxos de Caixa – período findo em 31 de dezembro de 2013

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes		175.744,40	115.266,20
Pagamentos a fornecedores		(154.222,33)	(125.782,37)
Pagamentos ao pessoal		(12.527,33)	(8.111,55)
Caixa gerada pelas operações		8.994,74	(18.627,72)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.053,28)	(1.000,00)
Outros recebimentos/pagamentos		-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>7.941,46</b>	<b>(19.627,72)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a			
Ativos fixos tangíveis		(408,80)	(7.538,30)
Ativos intangíveis		(2.400,00)	-
		(2.808,80)	(7.538,30)
Recebimentos provenientes de			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades investimento (2)</b>		<b>(2.808,80)</b>	<b>(7.538,30)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(4,95)	(2.202,06)
		(4,95)	(2.202,06)
<b>Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)</b>		<b>(4,95)</b>	<b>(2.202,06)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)</b>		<b>5.127,71</b>	<b>(29.368,08)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.004,07	37.372,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	13.131,78	8.004,07

Braga, 28 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,

Susana Queiroz

*[Handwritten signature]*

minhocom, eim

*[Handwritten signature]*

## Anexo em 31 de dezembro de 2013

### 1. Identificação da Entidade

Designação da Entidade: Minhocom, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim.

Sede Social: Avenida Miguel Dantas, nº 69, Valença

Data da Constituição: 20 de Março de 2008

N.º Contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61100 – Atividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Associação de Municípios do Vale do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da atividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma atividade de interesse geral.

As presentes demonstrações financeiras da Entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

As referidas normas do SNC estão reguladas pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (SNC), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Concetual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);

- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Entidade, foram utilizadas as normas que integram o SNC, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

Contudo, sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão descritas de seguida.

#### 3.1. Bases de Apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

##### 3.1.1. Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a Entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

##### 3.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)

A Entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são reconhecidos nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

### 3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

### 3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

### 3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

### 3.1.6. Informação Comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2013 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

## 3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

### 3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios

diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela Entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela Entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a Entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Edifícios e outras construções	10 a 40	2,5 a 10
Equipamento básico	3 a 8	12,5 a 33,33
Equipamento administrativo	3	33,33

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.



As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são registadas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", respetivamente.

### 3.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Na sua maioria, os ativos intangíveis são constituídos por programas de computador e são amortizados pelo método da linha reta, aplicado em regime de duodécimos a partir do momento em que os mesmos estão disponíveis para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada. Não é considerado qualquer valor residual.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos intangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Programas de computador	3	33,33

As mais e menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

### 3.2.3. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a Entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que

não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. 50

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

#### 3.2.4. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a Entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

#### 3.2.5. Benefícios dos empregados

##### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

#### Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a generalidade dos colaboradores.

### 3.2.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

### Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

#### 3.2.7. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e, nos serviços prestados, é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica "Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

### 3.2.8. Subsídios e Apoios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Entidade irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos, designadamente com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios não reembolsáveis atribuídos para financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio e posteriormente imputados reconhecidos na demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações e amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

### 3.2.9. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou nas rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)" ou "Imparidade de inventários (perdas/reversões)" caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A

quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

### 3.2.10. Imposto sobre o Rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

As declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2010 e seguintes, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo acima referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010, de quatro anos para os períodos de 2010 a 2012 e de cinco anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores. Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2010 e término em 2014.

### 3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

### 3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

## 4. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica de "Caixa e depósitos bancários" tem a seguinte decomposição:

	2013	2012
Caixa	28,00	13,00
Depósitos bancários	13.103,78	7.991,07
<b>Total de caixa e depósitos bancários</b>	<b>13.131,78</b>	<b>8.004,07</b>

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período não ocorreram alterações de políticas e estimativas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.



## 6. Partes Relacionadas

## a) Informação relativa à empresa-mãe

Tem participação no capital social da Entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Sociedades	Participação
Associação de Municípios do Vale do Minho	51%
DSTelecom, S.A.	48%

## b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

Uma vez que os administradores não são remunerados, as remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da Entidade no período das suas funções durante o período de 2013 foram 1.230 euros e respeitam aos honorários de revisão legal de contas do Fiscal Único (ROC).

## 7. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2013 pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	AFT em curso	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	9 203 371,39	861.988,19	2 055,74	8 785,04	10 076.200,36
2 Amortizações acumuladas iniciais	730.375,72	313.864,57	1.827,33	-	1.046.067,62
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	8.472.995,67	548.123,62	228,41	8.785,04	9.030.132,74
5 Movimentos do período (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(270.392,38)	(108.150,25)	(228,41)	-	(378.771,04)
5.1 Total das adições	-	2.597,12	-	-	2.597,12
Aquisições em 1ª mão	-	2.597,12	-	-	2.597,12
5.2 Total das diminuições	270.392,38	110.747,37	228,41	-	381.368,16
Depreciações	270.392,38	110.747,37	228,41	-	381.368,16
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	8.202.603,29	439.973,37	-	8.785,04	8.651.361,70

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2012 pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	AFT em curso	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	9.199.234,24	861.988,19	2.055,74	8.785,04	10.072.063,21
2 Amortizações acumuladas iniciais	458.057,37	196.086,53	1.142,08	-	655.285,98
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	8.741.176,87	665.901,66	913,66	8.785,04	9.416.777,23
5 Movimentos do período (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(268.181,20)	(117.778,04)	(685,25)	-	(386.644,49)
5.1 Total das adições	4.137,15	-	-	-	4.137,15
Aquisições em 1.ª mão	4.137,15	-	-	-	4.137,15
5.2 Total das diminuições	272.318,35	117.778,04	685,25	-	390.781,64
Depreciações	272.318,35	117.778,04	685,25	-	390.781,64
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	8.472.995,67	548.123,62	228,41	8.785,04	9.030.132,74

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2013			2012		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reversões de depreciação e de amortização	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reversões de depreciação e de amortização	Total
Ativos fixos tangíveis	(381.368,16)	-	(381.368,16)	(390.781,64)	-	(390.781,64)
Ativos intangíveis	(39.757,56)	-	(39.757,56)	(110.406,01)	-	(110.406,01)
	<b>(421.125,72)</b>	<b>-</b>	<b>(421.125,72)</b>	<b>(501.187,65)</b>	<b>-</b>	<b>(501.187,65)</b>

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos de acordo com a política contabilística definida na Nota 3 acima.

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da Entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção da Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

## 8. Ativos intangíveis

A informação relativa à quantia escriturada dos ativos intangíveis, com referência ao período de 2013 pode ser analisada como segue:

Descrição	Programas de computador	Total
Com vida útil finita:		
4 Quantia bruta escriturada inicial	331.218,04	331.218,04
5 Amortizações acumuladas iniciais	293.374,37	293.374,37
7 Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	37.843,67	37.843,67
8 Movimentos do período:(8 = 8.1 - 8.2)	(37.357,56)	(37.357,56)
<b>8.1 Total das adições</b>	<b>2.400,00</b>	<b>2.400,00</b>
Aquisições em 1.ª mão	2.400,00	2.400,00
<b>8.2 Total das diminuições</b>	<b>39.757,56</b>	<b>39.757,56</b>
Amortizações	39.757,56	39.757,56
9 Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	486,11	486,11

A informação relativa à quantia escriturada dos ativos intangíveis, com referência ao período de 2012 pode ser analisada como segue:

Descrição	Programas de computador	Total
Com vida útil finita:		
4 Quantia bruta escriturada inicial	331.218,04	331.218,04
5 Amortizações acumuladas iniciais	182.968,36	182.968,36
7 Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	148.249,68	148.249,68
8 Movimentos do período:(8 = 8.1 - 8.2)	(110.406,01)	(110.406,01)
<b>8.1 Total das adições</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>8.2 Total das diminuições</b>	<b>110.406,01</b>	<b>110.406,01</b>
Amortizações	110.406,01	110.406,01
9 Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	37.843,67	37.843,67

9. Clientes

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica de "Clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2013	2012
Clientes c/c	107.412,34	97.523,97
Clientes de cobrança duvidosa		11.115,96
	<u>107.412,34</u>	<u>108.639,93</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	(11.115,96)
	<u>107.412,34</u>	<u>97.523,97</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Reclamadas judicialmente		11.115,96
	-	<u>11.115,96</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica de imparidade de dívidas a receber apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2013			2012		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber de clientes	-	10.040,96	10.040,96	-	-	-
	-	<u>10.040,96</u>	<u>10.040,96</u>	-	-	-

## 10. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica de "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2013	2012
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos</b>		
Serviços prestados	5 318,16	1.940,74
	<u>5 318,16</u>	<u>1.940,74</u>
Outros devedores	-	258,82
	<u>5.318,16</u>	<u>2.199,56</u>

## 11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2013	2012
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre rendimento	4.053,28	3 000,00
	<u>4.053,28</u>	<u>3.000,00</u>
<b>Passivo</b>		
Retenção de impostos sobre rendimento	65,24	25,00
Imposto sobre o valor acrescentado	6.516,86	11 495,51
Contribuições para a Segurança Social	359,67	397,67
	<u>6.941,77</u>	<u>11.918,18</u>

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica de "Gastos e Rendimentos" a reconhecer apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2013	2012
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	139,44	213,63
Seguros	62,28	3.899,46
	<b>201,72</b>	<b>4.113,09</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	78.079,29	78.072,79
	<b>78.079,29</b>	<b>78.072,79</b>

13. Capital realizado

O capital societário da Entidade manteve-se inalterado no período, sendo constituído por 10.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros, encontra-se totalmente realizado.

A Associação de Municípios do Vale do Minho detém 5.100 ações de categoria A, relativamente às quais são conferidos direitos especiais quanto à partilha do ativo resultante da liquidação da sociedade. Todas as restantes ações são ordinárias.

14. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as prestações acessórias suplementares efetuadas pelo sócio privado no valor de 6.479.588,53 euros, e que o Conselho de Administração considera que não se qualificam como passivo.

A restituição das prestações acessórias depende da deliberação dos acionistas e não pode ser efetuada se, após a restituição, o capital próprio ficar inferior à soma do capital societário e as reservas legais.

15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2013	2012
Fornecedores c/c	20.977,89	76.169,10
	<u>20.977,89</u>	<u>76.169,10</u>

16. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2013	2012
<b>Passivo corrente</b>		
Remunerações a pagar	634,69	648,52
Fornecedores de investimentos	2.188,32	-
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar	1.785,94	1.294,03
Fornecimentos e serviços externos	3.052,58	551,05
	<u>4.838,52</u>	<u>1.845,08</u>
Passivos por impostos diferidos	44.760,22	51.571,44
Outros	580,51	-
	<u>53.002,26</u>	<u>54.065,04</u>

## 17. Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as rubricas de "Ativos e passivos por impostos diferidos" apresentavam a seguinte composição:

	01.01.2013		Variação		31.12.2013	
	Base	imposto	Base	imposto	Base	imposto
<b>Ativos por impostos diferidos</b>						
Provisões não aceites	4.736,30	1.255,12	(4.736,30)	(1.255,12)		
	<b>4.736,30</b>	<b>1.255,12</b>	<b>(4.736,30)</b>	<b>(1.255,12)</b>		
<b>Não Corrente</b>		1.255,12		(1.255,12)		
<b>Corrente</b>		-		-		
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Subsidio investimento	3.525.108,76	934.153,76	(161.990,28)	(160.636,51)	3.363.118,48	773.517,25
	<b>3.525.108,76</b>	<b>934.153,76</b>	<b>(161.990,28)</b>	<b>(160.636,51)</b>	<b>3.363.118,48</b>	<b>773.517,25</b>
<b>Não Corrente</b>		882.582,32				728.757,03
<b>Corrente</b>		51.571,44				44.760,22

## 18. Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as rubricas de "Vendas e serviços prestados" apresentavam a seguinte composição:

Rubricas	2013		2012	
	mercado interno	Total	mercado interno	Total
Serviços prestados	178.649,92	178.649,92	126.643,11	126.643,11
	<b>178.649,92</b>	<b>178.649,92</b>	<b>126.643,11</b>	<b>126.643,11</b>

## 19. Subsídios e Apoios do Governo

A Entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS\_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 €.

O valor total do subsídio encontra-se registado na rubrica "Outras variações no capital próprio" e encontra-se a ser reconhecido ano a ano por contrapartida da demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2013, o valor reconhecido, foi de 161.990,28€.



20. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2013	2012
Subcontratos	6.142,00	10.695,96
Eletricidade	19.464,85	15.744,09
Combustíveis	825,98	-
Ferramentas	17,55	-
Material escritório	190,50	160,00
Rendas e alugueres	248,58	147,21
Comunicação	109,35	196,15
Seguros	3.899,46	4.901,42
Transporte de mercadorias	515,00	-
Deslocações e estadas	120,65	-
Honorários	12,10	-
Contencioso e notariado	325,00	-
Conservação e reparação	2.821,16	4.756,20
Trabalhos especializados	63.728,60	73.689,41
Outros FSE	943,00	198,00
	<b>99.363,78</b>	<b>110.488,44</b>

21. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

21.1. Pessoas ao serviço

	2013	2012
Administradores	5	5
Empregados	1	1
	<b>6</b>	<b>6</b>

## 21.2. Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2013	2012
Remunerações do pessoal	10.650,25	8.578,31
Encargos sobre remunerações	2.289,89	1.814,82
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	56,03	83,64
Outros gastos com pessoal	11,48	-
	<b>13.007,65</b>	<b>10.476,77</b>

## 22. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2013	2012
Rendimentos suplementares	4.451,68	6.947,12
Subsídios ao investimento	161.990,28	194.609,40
Outros rendimentos e ganhos	0,45	0,02
	<b>166.442,41</b>	<b>201.556,54</b>

## 23. Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2013	2012
Impostos e taxas	40,00	401,20
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	0,02
Dívidas incobráveis	6.024,58	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	40,69
Serviços bancários	15,60	5,20
Outros gastos e perdas	0,06	0,02
	<b>6.080,24</b>	<b>447,13</b>

## 24. Juros e gastos similares suportados

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2013	2012
Juros de mora e compensatórios	4,95	2,50
	<u>4,95</u>	<u>2,50</u>

## 25. Acontecimentos Após a Data do Balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2013) e a data de autorização para a sua emissão (28 de fevereiro de 2014), não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

## 26. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

O Órgão de Gestão informa que a Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do nº1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a Entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 1.230 euros, referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

27. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 28 de fevereiro de 2014.

Valença, 28 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



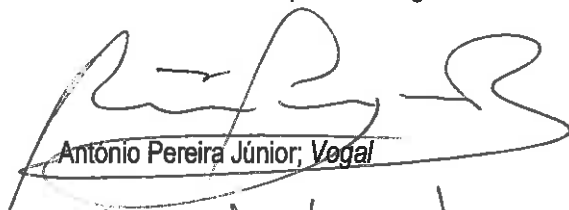
Susana Maria Macedo Queirós



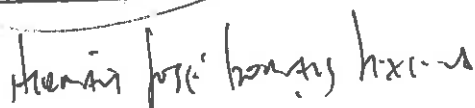
António Abílio Pereira Torres; *Vogal*



José Manuel Vaz Carpinteira; *Vogal*



António Pereira Júnior; *Vogal*



Hemâni José Gonçalves Teixeira; *Vogal*

## E) Certificação Legal das Contas



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, as quais compreendem o Balanço Individual em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 8.871.965,09 euros e um total de capital próprio de 7.894.206,85 euros, incluindo um resultado líquido do período negativo de 25.067,66 euros), a Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa e o Anexo do período findo naquela data.

## RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, as alterações da sua posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão de Gestão, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, em 31 de dezembro de 2013, as alterações da sua posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a Informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Braga, 14 de março de 2014.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148  
Representada por:  
Mário da Cunha Guimarães, R.O.C. n.º 1159.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SAOC

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 148  
NIPC 493 211 543 | Capital social 5 000 euros

www.jmmroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Estrada A  
Av. D. João II, n.º 14, 4.º Piso, Escalão 47  
Avenida de Braga - 4701-895 Braga - Portugal  
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759

Jmmroc

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C  
4715-002 Braga - Portugal  
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759

## F) Relatório e Parecer do Fiscal Único



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do período apresentados pelo Órgão de Gestão da Entidade **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2013.
2. Em cumprimento do disposto no ponto 6, do art.º 25.º da referida Lei n.º 50/2012, durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, e, em particular, a mencionada na sua alínea k), das quais resultou a emissão, em 14 de março de 2014, da Certificação Legal das Contas, na modalidade sem reservas e sem ênfases.
3. Face ao exposto, e considerando que:
  - 3.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
  - 3.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o Órgão de Gestão e os Serviços da Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados;
  - 3.3. As bases de mensuração aplicadas, explicitados no Anexo, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da Entidade,

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do período de 2013, tal como foram apresentados pelo Órgão de Gestão;
  - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Órgão de Gestão.
4. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Órgão de Gestão e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 14 de março de 2014.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148  
Representada por:  
Mário da Cunha Guimarães, R.O.C. n.º 1159.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, S.R.L.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 148  
NIPC 503 401 841 | Capital Social 0 000 euros  
www.jmm.sroc.com

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Rua do Neupneumo 10 Braga - Edifício A  
Av. D. João V, n.º 404, 4.º Piso - Esquina 47  
Aparição 2827 - 4701-886 Braga - Portugal  
T: (+351) 253 203 521 | F: (+351) 253 203 521

Jmm  
Av. 31 de Junho, n.º 51, R/C  
4715-070 Braga - Portugal  
T: (+351) 253 213 731 | F: (+351) 253 213 732